

PLANO DA OBRA

© 1999, Jorge Vala

Jorge Vala (organizador)

Novos Racismos: Perspectivas Comparativas
Moscovici, S. & Pérez, J. A.. (1999). A extraordinária resistência das minorias à pressão das maiorias: o caso dos ciganos em Espanha.. In: J. Vala (Comp.). *Novos racismos*. Lisboa: Celta, 1999. (103-120).

Primeira edição: Junho de 1999

Tiragem: 800 exemplares

Tradução: Diniz Lopes (caps. 1 e 4) e Rodrigo Brito (caps. 3 e 5)

Revisão de texto: C. Ayala Monteiro

ISBN: 972-774-023-5

Depósito legal: 137 862/99

Composição: Celta Editora, em caracteres Palatino, corpo 10

Capa: Mário Vaz / Celta Editora

Ilustração da capa: Ana Vidigal, *Cary Grant*, 1997, técnica mista sobre tela, 163x190 cm, por cortesia da Galeria 111

Fotólitos, impressão e acabamentos: Tipografia Lousanense, Lda.

Impresso em Portugal

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa, de acordo com a legislação em vigor, por Celta Editora, Lda, Apartado 151, 2780 Oeiras.

Introdução 1
Jorge Vala

Parte I / O racismo subtil e flagrante em Portugal e na Europa: perspectivas comparativas

- 1 Será o racismo subtil mesmo racismo? 11
Roel Meerkens e Thomas F. Pettigrew
- 2 O racismo flagrante e o racismo subtil em Portugal 31
Jorge Vala, Rodrigo Brito e Diniz Lopes
- 3 Posicionamentos políticos: racismo subtil e racismo flagrante em Itália 61
Luciano Arcuri e Stefano Boca

Parte II / Racismos e dinâmicas na representação da diferença

- 4 A sistematização dos preditores do racismo: uma perspectiva empírica 79
Thomas F. Pettigrew
- 5 A extraordinária resistência das minorias à pressão das maiorias: o caso dos ciganos em Espanha 103
Serge Moscovici e Juan Antonio Pérez
- 6 O estudo dos estereótipos e as novas análises do racismo: serão os efeitos dos estereótipos inevitáveis? 121
Leonel Garcia-Marques

7	O Império e a ideia de raça (séculos XIX e XX) <i>Valentim Alexandre</i>	133
8	A construção social da diferença: racialização e etnicização das minorias <i>Jorge Vala, Diniz Lopes e Rodrigo Brito</i>	145

ÍNDICE

	Índice de figuras e quadros	xi
	Sobre os autores	xv
	INTRODUÇÃO	1
	<i>Jorge Vala</i>	
	Parte I / O RACISMO SUBTIL E FLAGRANTE EM PORTUGAL E NA EUROPA: PERSPECTIVAS COMPARATIVAS	
1	SERÁ O RACISMO SUBTIL MESMO RACISMO?	11
	<i>Roel Meertens e Thomas F. Pettigrew</i>	
	Amostras e variáveis	12
	Conclusões	26
	Anexo / Escalas e subescalas de racismo flagrante e subtil	28
2	O RACISMO FLAGRANTE E O RACISMO SUBTIL EM PORTUGAL	31
	<i>Jorge Vala, Rodrigo Brito e Diniz Lopes</i>	
	O racismo flagrante e subtil no contexto das novas abordagens dos racismos	33
	Racismo flagrante e racismo subtil: a organização das crenças racistas e os preditores do racismo em Portugal	39
	Dimensões de organização das crenças racistas	41
	Factores subjacentes ao racismo flagrante e subtil	46
	Conclusões	55

Anexo I / Indicadores das variáveis independentes utilizadas no modelo comparativo	55
Anexo II / Indicadores das variáveis independentes utilizadas no segundo modelo	56
3 POSICIONAMENTOS POLÍTICOS: RACISMO SUBTIL E RACISMO FLAGRANTE EM ITÁLIA <i>Luciano Arcuri e Stefano Boca</i>	61
Definição do problema	63
Descrição e validação das medidas	65
Racismo e orientação política	70
Reações psicológicas contra uma ameaça do exogrupo: uma experiência de campo	73
Conclusões	75
Parte II / RACISMOS E DINÂMICAS NA REPRESENTAÇÃO DA DIFERENÇA	
4 A SISTEMATIZAÇÃO DOS PREDITORES DO RACISMO: UMA PERSPECTIVA EMPÍRICA <i>Thomas F. Pettigrew</i>	79
Descrição das amostras e das medidas	81
Os principais preditores do racismo	85
A organização dos preditores do racismo	86
Os factores enquanto preditores do racismo	89
As relações entre personalidade e racismo	92
Serão estes resultados generalizáveis a todas as amostras estudadas?	93
Implicações teóricas	96
Uma nota final	100
5 A EXTRAORDINÁRIA RESISTÊNCIA DAS MINORIAS À PRESSÃO DAS MAJORIAS: O CASO DOS CIGANOS EM ESPANHA <i>Serge Moscovici e Juan Antonio Pérez</i>	103
Conversão e/ou perseguição: das estratégias usadas para converter a minoria cigana em Espanha	104
Resistência à conversão e mudança na representação dos ciganos	109
Dois estudos exploratórios	111

6 O ESTUDO DOS ESTEREÓTIPOS E AS NOVAS ANÁLISES DO RACISMO: SERÃO OS EFEITOS DOS ESTEREÓTIPOS INEVITÁVEIS? <i>Leonel Garcia-Marques</i>	121
O modelo dissociativo: principais conceitos	122
O modelo dissociativo: aplicações à presente investigação	124
O modelo dissociativo: aspectos por desenvolver	128
Será o estereótipo inevitável? Epílogo e conclusões	130
7 O IMPÉRIO E A IDEIA DE RAÇA (SÉCULOS XIX E XX) <i>Valentim Alexandre</i>	133
O Império de Antigo Regime (1825-1875)	134
Do nacionalismo populista à "mística imperial": racismo e etnocentrismo (1875-1945)	135
A política de integração nacional e o apelo ao luso-tropicalismo	141
8 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA DIFERENÇA: RACIALIZAÇÃO E ETNICIZAÇÃO DAS MINORIAS <i>Jorge Vata, Diniz Lopes e Rodrigo Brito</i>	145
Crenças organizadoras da ideia de "raça" no senso comum	149
Diferenciação cultural e racismo	150
A organização das percepções de diferenças raciais e de diferenças culturais	152
Distintividade racial, distintividade cultural, escolaridade e conservadorismo	157
Identities sociais, distintividade racial e distintividade cultural	159
Psicologia social do conhecimento, categorização social e análise da hetero-racialização e hetero-etnicização de minorias	161
Referências bibliográficas	169

ÍNDICE DE FIGURAS E QUADROS

Figuras

1.1	Preditores do racismo flagrante e subtil	18
1.2	Preditores do racismo subtil e do conservadorismo	20
1.3	Três tipos de racismo, atitudes perante os direitos dos emigrantes e suporte de medidas nominais	22
1.4	Três tipos de racismo e concordância com políticas de imigração	22
1.5	Dois tipos normativos e médias de racismo subtil e flagrante	24
2.1	Construção dos tipos de racismo e erro na amostra	44
4.1	Magnitude dos efeitos dos preditores das medidas de racismo flagrante e subtil	85
4.2	Magnitude dos efeitos dos factores em diversas medidas de racismo (correlações)	90
4.3	Magnitude dos efeitos dos factores em diversas medidas de racismo	91
4.4	Identidade nacional e identidade europeia e valores tradicionais	99
5.1	Número de traços "culturais" atribuídos aos ciganos por condição experimental	113
5.2	Número de traços "naturais" atribuídos aos ciganos por condição experimental	113
6.1	O modelo dissociativo e o ciclo de auto-regulação dos estereótipos	123
6.2	Correspondência entre o estereótipo cultural e o estereótipo pessoal modal	126
8.1	Atitude face aos negros em função da diferenciação cultural, da diferenciação racial e da não diferenciação racial e cultural	154

8.2	Distintividade racial, escolaridade e conservadorismo político ...	158
8.3	Distintividade cultural, escolaridade e conservadorismo político	158
8.4	Categorização e hetero-racialização de minorias	163
8.5	Categorização e hetero-etnicização de minorias	166
Quadros		
1.1	Correlações entre racismo flagrante e subtil e conservadorismo político	18
1.2	Preditores da atitude face à imigração (racismo flagrante, racismo subtil e conservadorismo político)	21
2.1	Média das magnitudes dos efeitos dos preditores de preconceito flagrante e subtil	38
2.2	Dimensões do racismo flagrante e subtil	42
2.3	Atitude face aos negros em função do racismo flagrante e do racismo subtil	44
2.4	Atitudes face a políticas de imigração em função da tipologia de racismo	45
2.5	Preditores do racismo flagrante e subtil	49
3.1	Racismo flagrante e subtil	66
3.2	Correlações entre as escalas e subescalas	69
3.3	Orientação política e racismo flagrante e subtil	71
3.4	Atitude e atitude atribuída ao "italiano médio", face a imigrantes norte-africanos	71
3.5	Diferenças regionais de racismo subtil e racismo flagrante	72
3.6	Racismo subtil, racismo flagrante e nível de educação	73
3.7	Atitude face a projectos de alojamento de imigrantes norte-africanos em função do tipo de racismo e da distância geográfica	74
4.1	Valores <i>beta</i> standardizados das variáveis predictoras das medidas de racismo	84
4.2	Quatro factores preditores do racismo	86
4.3	Valores <i>beta</i> standardizados dos factores preditores das medidas de racismo	88
5.1	Acusações dirigidas contra os ciganos	106
5.2	Medidas adoptadas para converter a minoria cigana	108
5.3	Um esquema, em espiral, da possível interacção entre estratégias de influência social e a representação social da minoria cigana	110
5.4	Diferenças significativas entre as condições nas variáveis estudadas	118

6.1	Grau de consenso entre os participantes com atitudes mais e menos favoráveis face aos negros (acima e abaixo da mediana) relativamente ao estereótipo cultural	125
8.1	Diferenciação cultural e diferenciação racial	153
8.2	Atitude face aos negros em função da diferenciação racial e da diferenciação cultural	154
8.3	Modalidades de diferenciação e discriminação	156
8.4	Distintividade racial e cultural, identidade nacional e identidade racial	160

Capítulo 5
A EXTRAORDINÁRIA RESISTÊNCIA DAS MINORIAS
À PRESSÃO DAS MAIORIAS
O caso dos ciganos em Espanha

Serge Moscovici e Juan Antonio Pérez

A perseguição das minorias é um fenómeno universal, assumindo formas particulares em cada cultura, de acordo com o carácter político, étnico, sexual, etc., da minoria alvo dessa perseguição. A história da Europa, nomeadamente, conhece numerosos casos de minorias que sofreram a perseguição do Estado, da Igreja, ou dos partidos no poder. A Inquisição simboliza o carácter institucional dessa perseguição, mas, longe disso, não é a única instituição a tê-la praticado. Podemos, no entanto, pensar com legitimidade que, ao longo dos séculos, se desenvolveram duas culturas sobre a perseguição de minorias. Por um lado, uma cultura do consentimento, cuja regra lapidar, *cujus regio, ejus religio*¹, implica a conversão ou a exclusão forçada de quem quer que não se submeta. Por outro lado, sobretudo a partir do século XVII, uma cultura da dissidência (Moscovici, 1988) que justifica a existência de minorias, e reclama a tolerância e solidariedade para com elas. Os filósofos Locke e Spinoza esboçaram uma teoria sobre esta última orientação cultural, e a Revolução Francesa instituiu-a como um dos direitos do homem, ao proclamar o direito de resistir à opressão. A originalidade nesta nova cultura contribui, evidentemente, para apoiar a existência das minorias, fornecer recursos para a sua criação e um sentido para a sua resistência à maioria. Mas conduz, igualmente, à atribuição a esta última da responsabilidade dos actos de intolerância e de todos os atentados à liberdade dos homens. Responsabilidade, afirmava Spinoza contra Hobbes, de que nenhum indivíduo pode abdicar em favor de outro indivíduo ou de um governo. A existência destas duas culturas na Europa acarretou consequências sociais, políticas e psicológicas. No início deste capítulo, que questiona a nossa história europeia, pareceu-nos útil lembrar estas culturas que, nos nossos dias, se defrontam ainda.

1 "A cada terra, sua religião". (N. do T.)

Quando se examinam todas as repressões e discriminações típicas, surgidas no decurso da nossa história europeia, apercebemo-nos de que elas se manifestaram sob duas formas: uma, pontual, de curto prazo; e outra, profunda, fundamental, de longo prazo. É desnecessário alongarmo-nos na demonstração de que essa repressão fundamental teve como alvo principal duas minorias: os judeus e os ciganos. Daí a especificidade de todas as perseguições praticadas contra estas minorias, até ao genocídio. Por isso, também, François Furet escreveu sobre o genocídio — do qual foram vítimas judeus e ciganos — que este “tem a particularidade assustadora de ser um fim em si”. Entendamo-nos: não dizemos que uma repressão ou discriminação mais dura se opõe a uma mais suave. Mas, simplesmente, que no cerne da história europeia, duas minorias foram delas o objecto mais constante, e que todas as perseguições dessas minorias parecem não ter tido outro objectivo senão o de as fazer desaparecer, de as eliminar. Este facto determina as relações específicas com a maioria, relações essas que fazem da discriminação e da repressão destas duas minorias, para retomar a expressão do historiador francês, “um fim em si”.

É por isto que o estudo do racismo relativamente aos ciganos, o único do qual nos ocupamos aqui, se reveste de um carácter exemplar e deveria receber maior atenção do que aquela que lhe tem sido conferida no passado. De facto, esse estudo tem sido negligenciado. Mas se optarmos por nada fazer contra o racismo antígano, por exemplo, abrimos a porta ao racismo potencial em toda a Europa e, sobretudo, na Europa do Leste, a ponto de já não podermos vir a controlar os seus efeitos. Hoje em dia, mais do que nunca, todos os racismos são interdependentes, e deveremos falar de uma globalização do racismo, do mesmo modo que falamos de uma globalização da economia. Em princípio, toda a gente sabe isso. Mas como traduzir esse conhecimento em prática social? Na prática de cada cidadão dos países onde vivem os ciganos? As respostas são, sem dúvida, numerosas. É, no entanto, vocação da psicologia social clarificar as opções possíveis.

Conversão e/ou perseguição: das estratégias usadas para converter a minoria cigana em Espanha

Em todos os países da Europa vivem ciganos, e a sua presença é testemunhada há mais de 500 anos. Ao longo dos séculos, da sua interacção e confrontação com o mundo dos *gadje*,² alguns foram por este assimilados, mas estima-se (Liégeois, 1994) serem entre sete e oito milhões de ciganos os que continuam a preservar o seu modo de vida, a sua forma de vestir, a sua atitude face à escola, à saúde, à habitação, ao *habitat*, à higiene. Numa palavra,

2 Não ciganos. (N. do T.)

a sua identidade cultural. O que é mais marcante é que esta minoria manteve a sua autonomia cultural após tantos anos de interacção com costumes opostos, isto é, da maioria. Este facto merece um olhar ainda mais atento se considerarmos que a maioria fez quase tudo o que é imaginável para separar a minoria das suas raízes, assimilá-la ou convertê-la (Bloch, 1969; Leblon, 1993; Sánchez, 1986; Vaux de Foletier, 1970).

É certo que nos devemos interrogar, dada a forma como se revestiram os acontecimentos, se a conversão seria um meio de perseguição ou a perseguição um meio de conversão. Mais ainda, devemos questionar-nos sobre a extraordinária resistência da minoria cigana à forte e longa pressão visando a sua exclusão, senão mesmo o seu desaparecimento. Como hipótese, três razões parecem impor-se. Em primeiro lugar, a perseguição teve um efeito contrário ao pretendido, dado que reforçou a identidade e os laços de solidariedade dos membros da minoria. Mesmo se uma parte dos ciganos cedeu e se assimilou à maioria, outra parte acentuou a sua oposição, reforçou a sua ligação aos valores, à língua e às instituições próprias. Em segundo lugar, a perseguição de uma minoria suscita, também, uma atracção e uma identificação com essa minoria, sendo lícito supor que ela recrutou indivíduos da população circundante, que se fundiram com o grupo minoritário. Finalmente, apesar da discriminação de que foi objecto, a minoria cigana criou, certamente, alianças, ou suscitou protestos no seio da própria maioria, por parte daqueles que não suportavam que tais perseguições fossem exercidas em seu nome. O que quer que se tenha passado, o facto é que, durante cinco séculos, a minoria cigana não apenas manteve a sua cultura e as suas tradições, como, de certa forma, se desenvolveu, tal como as plantas que crescem nos meios mais variados, apesar do solo ingrato e do clima severo. Severo foi, certamente, o clima político e religioso para os ciganos, se examinarmos as estratégias (para usar um eufemismo) que a maioria, em Espanha, pôs em acção durante cinco séculos para os converter. Estratégias essas, aliás, semelhantes às que foram utilizadas, ao longo desse mesmo período, em todos os países europeus. Em todos, sem excepção, os ciganos foram escorraçados.

Falta-nos informação relativa ao número preciso de ciganos entrados em Espanha cerca de 1425, data em que chegam, a este país, os primeiros membros deste grupo. Estima-se que fossem, nessa data, 20 ou 30 famílias, o que faz supor um total de 2000 pessoas pertencentes a esta minoria, para uma população total de cerca de sete milhões. Os documentos, sobretudo judiciais e escritos pelos *gadje*, permitem dizer que, até ao fim do século XV, os ciganos foram bem aceites ou recebidos até com alguma credulidade. Este primeiro período, o da chegada, parece ser-lhes bastante favorável. São aceites; são ajudados, recebem esmolas piedosas; não pagam os direitos usuais; são apoiados quando se queixam de ter sido roubados pelos *gadje*; reconhece-se a estes “duques do pequeno Egipto” o direito de

Quadro 5.1 Acusações dirigidas contra os ciganos

Roubam e mentem.

São magos, bruxos, advinhos, praticam a quiromancia.

Não são cristãos: não se confessam, não comungam, não jejuam... são depravados.

Não recebem os sacramentos.

São chelios de vícios.

São vagabundos, sem trabalho nem ofício, são ociosos.

Casam-se sem ter em conta o parentesco.

Vivem em concubinação e fornicam entre si de qualquer modo. Cometem incesto.

Trocam as mulheres entre si.

Roubam crianças para as vender no Norte de África.

São espíões e traidores.

As mulheres são todas prostitutas.

São herejes, pagãos, idólatras e ateus.

Não pagam impostos.

Praticam o canibalismo.

São a escória das nações.

Lavam-se com ervas para parecer estrangeiros, e inventaram uma língua com o mesmo propósito.

São o grupo mais pernicioso de que há memória.

Dão o mau exemplo e contagiam com o seu modo de vida.

Ao viver na companhia dos animais acabaram por cair na animalidade total.

Vivem sem lei.

Alaçaram o Menino Jesus durante a sua fuga para o Egípto.

administrou justiça no seio do seu próprio grupo sendo-lhes mesmo oferecida ajuda nesse sentido.

Apesar de terem sido bem recebidos, como peregrinos, trata-se de um grupo nómada, numa relação de proximidade com os *gadje*, e não será difícil imaginar que, para ganhar o sustento quotidiano num sistema produtivo precário, era-lhes necessário fazer prova de astúcia e praticar alguns actos em parte repreensíveis (leitura das mãos, comércio de animais, pequenas vigarices, roubo de alimentos, etc...), o que não era caso único dos ciganos, mas de todos os grupos exteriores ao sistema de produção, sendo eles apenas o grupo mais recente. A imagem idílica dos

ciganos, deslocando-se como peregrinos aos Lugares Santos, transforma-se na de assaltantes e de vagabundos.

Supomos que todos estes comportamentos repreensíveis acabaram por arrastar consigo as perseguições legais, que começaram no reinado dos Reis Católicos (Fernando e Isabel). São também estes monarcas que desencadeiam a total uniformização religiosa e social da Espanha das três religiões (judaica, cristã e muçulmana). Durante o seu reinado foi criada a Inquisição, em 1478; foi concluída a conquista de Granada; os judeus foram expulsos de Espanha, e a América descoberta. Em 1499 assiste-se às revoltas dos árabes, e em 1502 os Reis Católicos obrigam estes a converter-se, ou a deixar a Espanha. No meio desta uniformização, não surpreende ver proclamada, em 1499, a Primeira Pragmática contra os ciganos.

Nesta Pragmática, a monarquia católica previne-se contra o risco de que a vida errante e ociosa deste pequeno grupo de ciganos possa vir a ser fonte de desordem e de mau exemplo para outros. Obrigam-nos, então, a exercer profissões reconhecidas como tal, ou a servir os condes, ou enfião a sair do reino num prazo de 60 dias, e os que não obedeciam recebiam 100 chicotadas e eram expulsos para sempre. A segunda transgressão, ou seja, caso voltassem a ser encontrados no país, cortavam-lhes as orelhas e eram postos a ferros e à terceira transgressão, tornavam-se escravos para a vida inteira. Esta primeira tentativa legal de converter os ciganos proibia-lhes o uso da sua língua, e de vestirem "trajo de cigano".

Ao fim de meio século, já se havia associado os ciganos a um grande número de delitos puníveis na época: são acusados de todo o tipo de roubos, de agressões físicas, de homicídio, de canibalismo, de prostituição, de falta de religião, de se casarem sem respeitarem os graus de parentesco proibidos pela Igreja, de não respeitarem as prescrições de jejum, por exemplo, para a comunhão e para o baptismo, de exercerem a feitiçaria e de predizerem o futuro, de fazerem a sua própria justiça, etc... Por tudo isto, a representação dos ciganos sofre uma mudança, passam a ser associados à "perigosidade social" e classificados como uma associação de malfeitores. No quadro 5.1 apresentamos uma síntese das acusações dirigidas contra os ciganos.

As medidas prescritas nesta Pragmática dos Reis Católicos serão needitadas nos reinados seguintes, até 1783, com algumas novas cláusulas ditadas pelas circunstâncias. Por exemplo, em 1539, Carlos I, pressionado pelas necessidades da guerra, decretou que todos os ciganos do sexo masculino encontrados a vadiar, sem trabalho ou sem senhor, fossem enviados para servir nas galeras. No quadro 5.2 resumem-se algumas das medidas adoptadas para os converter.

Desde a Pragmática de 1783 até aos nossos dias, deixou de se legislar específica e exclusivamente contra os ciganos. Durante o regime de Franco, a polícia possuía instruções explícitas para dar especial atenção aos seus movimentos, mas nada mais. Actualmente, a integração social dos ciganos

Quadro 5.2 Medidas adoptadas para converter a minoria cigana

Castiça

- Excomunga-se quem os frequente, quem se submeta à quiromancia (1427).
- São expulsos da cidade (1453).
- São obrigados a abandonar o país num prazo de 60 dias, 90 dias ou seis meses (1499).
- Faça à desobediência: recebem chicotadas, são expulsos, cortam-lhes as orelhas, são escravizados para toda a vida (1499).
- São condenados à pena de morte, em caso de desobediência.
- São postos a servir nas galeras (entre alguns anos e perpetuamente) (1560).
- São marcados com ferro em brasa com o símbolo das armas de Castiça.
- São marcados na face (1548).
- São marcados no braço com o nome da cidade onde receberam pela primeira vez chicotadas (1559).

Medidas de mudança cultural

- São obrigados a sedentarizar-se e a trabalhar como toda a gente (1499).
- São obrigados a exercer ofícios lícitos e honestos (1499).
- São obrigados a aprender ofícios ou a servir a patrões (1499).
- São proibidos de se vestir como se vestem, para não destacarem o seu particularismo (1570).
- São proibidos de se deslocar, deverão viver num lugar fixo (1539).
- Fixa-lhes a residência em determinadas cidades.
- Não se podem deslocar em grupos superiores a três pessoas (1539).

Medidas de etnocídio

- São disseminados em pequenos povoados de 100 a 300 habitantes, uma só família por povoado, para que possam ser vistos e vigiados facilmente.
- Propõe-se separar os ciganos dos dois sexos para impedi-los de se reproduzirem entre si (sem pôr entretanto a que se casem com camponeses) As crianças deverão ser enviadas para orfanatos até aos dez anos, com essa idade os rapazes deverão aprender um ofício e as raparigas o serviço doméstico (1549).
- Negação da etnia. Desfazer de raíz a palavra cigano: nem eles se podem chamar assim nem ninguém os pode chamar assim. Proibe-se a todos que usem este nome (visto que não são ciganos nem de origem nem de natureza, apenas adoptaram esse modo de vida). Exemplos de formas para dar nome àqueles que não se pode chamar por um nome: "os que se chamavam noutras tempos ciganos", "os que pretendem ser ciganos", "novos castelhanos" (1717).
- Não lhes são dados documentos de estrangeiros, não se lhes permite viver no guelo, nem que usem sinais distintivos, procura-se que sejam assimilados pelo meio social sedentário: o ideal seria que não tivessem relações de sociabilidade entre si, que não se casassem entre si, e que não se reproduzissem entre si.
- Para evitar que os pais ciganos socializem os seus filhos, propõe-se separar uns dos outros.
- Propõe-se enviá-los para a América, para que se casem com os Índios.

que ainda não se encontram integrados, os quais constituem uma minoria, é da responsabilidade dos programas dos serviços sociais, que têm a seu cargo tentar mudar o tipo de habitação, práticas de higiene, e escolaridade, assim como a regularização dos seus documentos (cartões de identidade, cartas de condução, etc...).

Contudo a aplicação concreta destas medidas era, por vezes, difícil, porque, por um lado, os ciganos recebiam apoio dos senhores das terras, das autoridades eclesiásticas ou dos seus vizinhos; por outro, porque conseguiram fugir às perseguições; ou, ainda, por falta de eficácia na aplicação da justiça. No fundo, e do nosso ponto de vista, aquilo que retirava o sentido às estratégias do poder para converter esta minoria era a intenção de tratar todos os ciganos por igual, como bandidos.

Um dos problemas encontrados na aplicação destas Pragmáticas era o de existirem pessoas que negavam ser ciganas. Chegou-se, então, à proposta da seguinte definição de cigano (Pragmática de 1717 de Filipe V): um cigano é todo aquele que vestir roupa distintiva do cigano, que usar o jargão cigano, ou que seja apontado como tal pelos vizinhos.

Esta Pragmática é um exemplo claro de toda a simplificação através da qual se representavam os ciganos, ou os ainda por converter. Aqueles medidos não tinham em conta o facto de existirem já diferentes tipos de ciganos, nem tão-pouco o facto de nem todos partilharem da "mesma forma errada de vida"; estima-se que, nessa altura, mais de metade dos ciganos já se tinha sedentarizado, exercendo os seus próprios ofícios e um *modus vivendi* no interior do sistema de produção dos *gadje*. Por exemplo, Filipe V, ao impor, na sua Pragmática, que os ciganos que ainda não residissem nas cidades por ele indicadas fossem forçados a mudar-se para lá, provocou uma autêntica onda de comoção social entre os já sedentarizados. Este erro nunca foi emendado com medidas subsequentes e, apesar de a medida jamais ter sido cumprida com rigor, muitos ciganos já integrados, foram enviados para as galeras, onde passaram muitos anos até que as autoridades dessem resposta às suas petições.

Resistência à conversão e mudança na representação dos ciganos

Na realidade, um número significativo de ciganos continuou a viver segundo os costumes e normas da sua cultura, adaptando-se, é certo, à mudança e às exigências das sociedades nas quais viviam, nomeadamente a espanhola. Mas esta adaptação resultou, seguramente, mais da evolução social, cultural, e económica geral do que das estratégias de influência exercidas sobre os ciganos ao longo da história. Mas é preciso relativizar esta constatação. Existem, de facto, razões para pensar que a sua resistência, pondo em causa as estratégias de conversão, teve como consequência modificá-las para as tornar mais eficazes ou melhor adaptadas à situação geral.³ Podemos conec-

Quadro 5.3 Um esquema, em espiral, da possível interação entre estratégias de influência social e a representação social da minoria cigana

Primeira fase

Os ciganos chegam de passagem, são tratados como peregrinos, recebem esmola, são tratados com deferência, etc. Representação idílica.

Segunda fase

O tempo passa e os ciganos permanecem, não estão assim tão de passagem. Têm os seus líderes, roubam, assaltam, enganam, ganham a vida como podem. Verificam-se agressões de alguns ciganos aos *gadje*, e estes começam a elaborar uma imagem menos favorável sobre eles.

Terceira fase

O poder decide intervir, em parte tendo como objectivo o controlo social, e em parte por medo da influência social que esta minoria possa exercer. Aparecem as primeiras medidas de assimilação dos ciganos. No entanto, oferecem-lhes formas de vida alternativas pouco atraentes e pouco adequadas à sua organização social. Os ciganos "desobedecem", ou continuam simplesmente a viver da mesma forma. O conflito entre os dois grupos estabelece-se: a maioria persegue os ciganos, estes desobedecem. Por seu lado, os ciganos vêem-se ameaçados, reforçam a sua coesão interna e adquirem uma consciência de grupo perseguido. A maioria irá tomar consciência de que se trata de um grupo consistente.

Quarta fase

O poder muda a natureza das estratégias de influência: há que erradicar tudo o que seja elementos específicos da cultura cigana. Propõem-se soluções que afectam todo o grupo indiscriminadamente, ou seja, afectam igualmente aqueles que já haviam mudado as suas práticas, anteriormente denunciadas. Ao mesmo tempo, qualquer aspecto da sua cultura que é atacado torna-se, para os ciganos, num conteúdo específico da sua identidade étnica.

turar que esta resistência à influência teve consequências, também, sobre a evolução das relações entre *gadje* e ciganos. Para ser mais preciso, supomos que essas relações foram e são moldadas pela representação social que a maioria e a minoria têm uma da outra, sobretudo pela extraordinária resistência desta última à conversão pela primeira.⁴ Qual terá sido, então, o processo psicossocial desencadeado pela resistência dos ciganos à conversão? Por um lado, os *gadje* usam as estratégias de conversão que conhecem, e que julgam mais eficazes no seu grupo; por outro constata-se que estas estratégias não têm os mesmos efeitos sobre os ciganos. Com o intuito de

3 Por exemplo, as medidas de controlo policial ou judicial, que consignavam os ciganos à residência nas vilas, permitiam uma vigilância mais próxima e eficaz, pois o aparelho judicial estava, aí, melhor organizado.

4 Para uma hipótese semelhante, podemos referir-nos aos estudos de Schachter (1951), e Thibaut e Riecken (1955).

resolver este conflito socio-cognitivo, esta dissonância, são levados a representar estes últimos como um grupo com uma "natureza" diferente da sua. Quer dizer, como um grupo mais fechado, uma comunidade de pessoas unidas por laços de sangue, etc... Mais concretamente, por um lado acentuam-se os elementos de uma representação que maximiza as diferenças relativamente aos *gadje* e, por outro, acentuam-se as dimensões da diferença que justificam atitudes negativas. Em resumo, cria-se, por um lado, um distanciamento social, e por outro, uma desvalorização, ou seja, uma rejeição do outro, o que parece torná-lo inassimilável. Podemos imaginar que, ao longo da história, uma nova representação da minoria produz novas estratégias para a converter, cujo fracasso conduz a novas representações, e assim por diante (ver o quadro 5.3).

Naturalmente, apenas podemos especular sobre os efeitos de um ciclo deste género, supondo, por exemplo, que as estratégias de conversão da maioria reforçam a tendência para a autonomia e a identidade da minoria, a ponto de esta se representar a si mesma como um grupo estrangeiro e ameaçado, e de representar a maioria como um grupo hegemónico, ameaçador, relativamente ao qual qualquer compromisso, qualquer concessão, são perigosos para a sua própria existência. E esta sociedade comum, na qual vivem uma e outra, ao invés de as aproximar, gera animosidades mútuas que se acentuam ao longo do tempo. Além disso, a extraordinária resistência da minoria desencadeia uma alteração sucessiva das representações e das estratégias de conversão correspondentes, as quais cavam diferenças e tomam as distâncias entre os grupos mais difíceis de ultrapassar. Todas estas considerações são, insistentemente, especulativas. Podemos apenas afirmar serem verosímeis, à luz da experiência histórica e dos conhecimentos adquiridos noutros contextos pela psicologia social. Infelizmente, nenhum procedimento experimental ou observação sistemática, por engenhosos que fossem, permitiria verificá-las, mas podemos tentar algumas aproximações exploratórias para reduzir as nossas incertezas.

Dois estudos exploratórios

Quando examinamos os métodos usados para combater os preconceitos racistas, observamos uma evolução significativa. Durante muito tempo, tentou-se, sobretudo, demonstrar o carácter falacioso da ideia de raça como, por exemplo, na célebre conferência de Lévi-Strauss — "Race et Histoire" (1952). Procurou-se ainda encontrar os meios através dos quais se poderia mudar os preconceitos das pessoas. Mas recentemente, temos vindo a assistir ao aparecimento de uma outra orientação, simultaneamente nos *mídia*, na escola e nas ciências humanas, que se interroga sobre como reagir ao perigo racista, nomeadamente o de extrema-direita. Que sistema de comunicação e

de educação construir para evitar o risco de os nossos filhos e netos viverem situações tão desumanas como as da Segunda Guerra Mundial? Como evitar outros holocaustos? Em suma, qual a melhor maneira de ensinar, a partir da experiência histórica, a moldar a consciência sensível aos efeitos nefastos do racismo? Com este objectivo, concebem-se programas de televisão, ou de ensino, que expõem os mecanismos de perseguição, ou as estratégias de influência usadas para reforçar os preconceitos existentes, e as suas consequências nefastas. De certa forma, os processos instaurados em França contra os autores de crimes contra a humanidade (Jodelet, 1989) visavam uma verdadeira pedagogia colectiva, com base na ideia de que esta via é a única que permite despertar a memória em sociedade, e visavam, também, manter viva uma responsabilidade que transcende as gerações, uma responsabilidade capaz de moldar a consciência histórica.

Nos dois estudos apresentados a seguir, os experimentadores propuseram aos sujeitos (estudantes) a leitura de um texto que apresentava uma síntese das medidas decretadas contra os ciganos ao longo da história, quase nos mesmos termos dos expostos anteriormente. Na primeira experiência, metade dos 24 sujeitos leu este texto, e metade não o leu. Visto que podemos supor que a eficácia destas medidas foi por eles avaliada com base na integração ou não dos ciganos, a metade dos sujeitos foi expressamente dito que hoje em dia os ciganos estão integrados na sociedade *gadje*; e à outra metade que eles não estão integrados. Depois de terem lido o texto, e recebido a informação relativa à integração dos ciganos, os sujeitos receberam uma lista de 20 adjectivos destinados a avaliar os seus preconceitos contra os ciganos (Moscovici e Pérez, 1997). Os adjectivos desta lista referiam-se a traços "culturais" ou "naturais", metade dos quais com valência positiva e os restantes com valência negativa. Podemos supor que os traços naturais exprimem uma tendência para uma diferenciação hierárquica superior àquela que exprimem os traços culturais. Mas podemos também supor que, na representação comum, estes últimos são mais "plásticos", supostamente adquiridos, e os primeiros mais "rígidos", supostamente inatos. Convém acrescentar que esta lista foi estabelecida a partir de estudos anteriores, e todas as características julgadas típicas dos ciganos já tinham sido anteriormente testadas em amostras semelhantes.

Foi pedido aos sujeitos que assinalassem, numa lista, todas as características típicas dos ciganos e não dos *gadje*. Esta lista era composta por cinco traços "naturais" positivos (*intuitivo; livre; fisicamente hábil; espontâneo; com ritmo musical*); cinco traços "naturais" negativos (*selvagem; impulsivo; agressivo; visceral; ruidoso*); cinco traços "culturais" positivos (*criativo; leal à sua identidade; solidário; mentalmente habilidoso; extrovertido*); e cinco traços "culturais" negativos (*vingativo; perverso; manipulador; falso / mentiroso; mal-intencionado*). Como variáveis dependentes usámos o número de características assinaladas por cada sujeito.

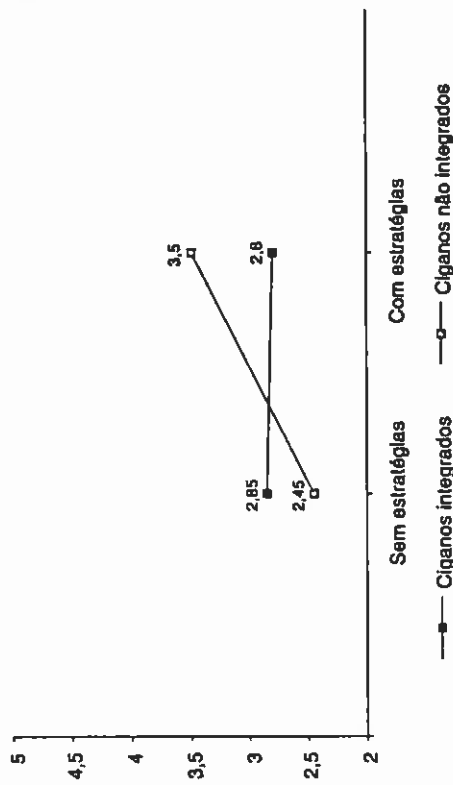


Figura 5.1 Número de traços "culturais" atribuídos aos ciganos por condição experimental
Nota: escala: 1 a 10 traços.

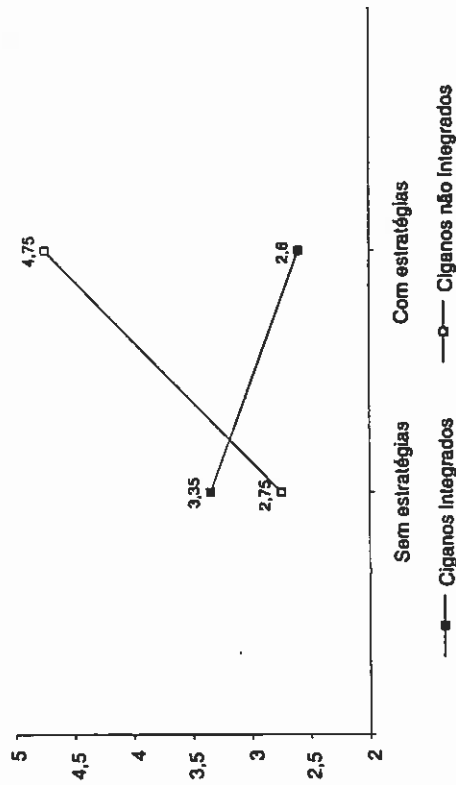


Figura 5.2 Número de traços "naturais" atribuídos aos ciganos por condição experimental

Os dados foram submetidos a uma análise de variância. Os resultados indicam, em primeiro lugar, uma interação entre a leitura, ou não, das estratégias e a informação de que a minoria se encontra, ou não, integrada na maioria espanhola ($F(1,76)=6,45, p=0,013$). Em segundo lugar, constata-

mos um efeito principal do tipo de traços, "naturais" ou "culturais" ($F(1,76)=5,24, p=0,025$), e uma interação entre as variáveis manipuladas (estratégias e informação) e o tipo de traços ($F(1,76)=4,17, p=0,045$). Tal como se pode observar nas figuras 5.1 e 5.2, os sujeitos atribuem aos ciganos mais características que exprimem preconceito quando lêem a mensagem sobre as estratégias, e lhes é dito que os ciganos não se integraram; ou seja, logo que tomam consciência da resistência extraordinária desta minoria à conversão, e do fracasso constante das estratégias destinadas a convertê-la (Student Newman-Keuls; $p<0,05$). Mas o que é mais notável, e que apoia as nossas conjecturas, é que podemos, com efeito, constatar que o número de adjetivos referentes a traços "naturais" aumenta entre os sujeitos que foram informados sobre as estratégias de influência destinadas a converter os ciganos, e sobre o seu fracasso. Este aumento não é significativo no caso dos traços "culturais". Deste modo, podemos dizer que os sujeitos atribuem este fracasso às características permanentes e "essenciais" dos ciganos, ou que se inclinam para naturalizar as diferenças entre a maioria e a minoria, a primeira representando implicitamente o pólo da cultura, e a segunda o pólo da natureza.

Em suma, aos olhos dos sujeitos, a diferença dos ciganos não seria uma diferença avaliativa, de mais ou de menos (traços positivos *versus* negativos), mas uma diferença fundamental e, por assim dizer, de natureza. Isto não deixa de estar relacionado com a atitude face aos ciganos, na medida em que, como já vimos, quanto menos os sujeitos lhes atribuem traços "naturais" ou, ao invés, quanto mais lhes atribuem traços "culturais", mais a sua atitude é positiva. Este resultado explica-se, em parte, pelo facto da cultura, como observaram antropólogos, ser propriedade do "nós", enquanto a natureza é propriedade dos "outros" (os bárbaros, os estrangeiros, os selvagens, as crianças, as mulheres, etc...). Exagerando um pouco, poderíamos sustentar que aquilo que mais aumenta com o número de adjetivos, nas condições da experiência descrita, não são tanto as diferenças entre a maioria e a minoria "étnicas", mas as atitudes negativas contra os ciganos. Em geral, os estudantes retraem-se na atribuição de adjetivos negativos aos ciganos. Ou seja, o que persiste e se manifesta é aquilo a que Taguieff (1987) chama "o racismo da diferença": hesita-se na rejeição do outro, mas afastamo-nos dele, mantemo-lo à distância.

Evidentemente, outros comentários poderão ainda ser feitos para sublinhar o interesse destes resultados. Assim, por exemplo, e ao contrário daquilo que é postulado pela hipótese da frustração-agressão, a acentuação da resistência da minoria às estratégias de influência da maioria não produz uma reacção mais negativa dos sujeitos. Ou ainda, poderíamos esperar que o número de adjetivos usados para descrever a minoria não integrada, isto é, o exogrupo, fosse menor do que o número de adjetivos que descrevem a minoria integrada, ou seja, pertencente já ao endogrupo. Ora, é precisamente o inverso que se verifica.

Os nossos resultados são demasiado provisórios para merecerem uma discussão mais aprofundada, mas devemos retê-los como pistas para futuras pesquisas. Além disso, a distinção entre traços "culturais" e traços "naturais" tem sido negligenciada em trabalhos anteriores, e os nossos resultados mostram a importância que esta distinção pode assumir. De facto, as dimensões "cultural" e "natural" podem ser tomadas como meta-categorias ou meta-representações, que determinam o significado de preconceitos intergrupais, ou de estereótipos sociais.

Na segunda experiência, na qual participaram 144 estudantes, foi apresentado aos sujeitos um quadro histórico das perseguições sofridas pelos ciganos em vários países da Europa. Antes de lhes ser pedido que respondessem a um questionário sobre o racismo, foi-lhes solicitado que lessem o texto seguinte:

Julga-se que os ciganos chegaram à Europa, provenientes da Índia, durante os séculos XIV e XV. Por exemplo, chegaram a Espanha em 1427; à Grécia em 1378; à Alemanha em 1407; à Itália em 1422; a França em 1421, etc... Actualmente, existem ciganos em todos os países da Europa. Vivem também na América do Norte e América do Sul e em alguns países de África (sobretudo nas ex-colónias portuguesas, por exemplo, Angola).

Os ciganos deslocavam-se, historicamente, em grupos de 50 a 100 pessoas, com um patriarca à cabeça. A forma como foram recebidos e tratados nos vários países europeus é muito similar e, em termos históricos, podemos distinguir três fases das suas relações com os *gadje*:

Fase 1: *Boni acollimento*. Inicialmente, quando chegavam a um dado país, os ciganos diziam estar em peregrinação a um lugar santo, encontrando-se, portanto, de passagem. Geralmente, eram bem recebidos em todos os países: era-lhes dado alojamento por algumas noites, e mantimentos para o caminho; os reis e os príncipes não lhes exigiam o pagamento de impostos, era-lhes permitida a administração da justiça no interior do seu grupo, etc. Em geral, eram vistos com curiosidade e admiração.

Fase 2: *Expulsão sob ameaça de pena de morte*. Esta fase iniciava-se entre 50 a 80 anos depois de os ciganos terem chegado a um dado país. A sua expulsão era feita sob ameaça de castigos corporais de todo o tipo, e de pena de morte. Diversos países seguiram este exemplo: na Alemanha a medida de expulsão do país é decretada por Maximiliano I; nos Países Baixos Carlos V decreta a primeira ordem de expulsão dos ciganos do país em 1525; nos países escandinavos é ordenada a sua expulsão em 1637. Na Suíça propõe-se, em 1580, que qualquer cigano encontrado no país possa ser morto por qualquer pessoa. A Áustria adopta uma medida similar. Em Portugal, o Édito de expulsão aparece em 1538. Em Espanha, a primeira ordem de expulsão é proposta pelos Reis Católicos em 1499, algo e semelhante sucedendo nos restantes países europeus.

Fase 3: *Recrudescimento das medidas de perseguição dos ciganos*. Visto que, por um lado, os ciganos não mudavam o seu modo de vida nem os seus costumes e

língua, etc. Recentemente, em 1991, a Alemanha fez um acordo tácito com a Roménia para deportar os ciganos para esse país. Mais ainda, não passa um dia sem que se produza, na Europa, algum acto de agressão contra ciganos (crianças expulsas das escolas, casas queimadas, expulsões de família inteiras de povoações, etc.).

Alguns leitores poderão achar este texto excessivamente longo e, como sabemos, a extensão de uma *recherche* pode ter efeitos sobre os resultados. Mas, visto que procurámos tocar a consciência histórica dos indivíduos, não podíamos encurtar a história! Na condição de controlo, evidentemente, os sujeitos não liam este texto. Nas outras condições, nas quais os sujeitos o liam, quisemos suscitar a ideia de responsabilidade ou de culpabilidade, hoje em dia presente um pouco por todo o lado, sempre que se debate o racismo ou o destino das vítimas do holocausto. De facto, há muito que ultrapassámos a fase em que nos interrogávamos se teria sido verdadeiro ou como tinha sido possível o holocausto. Assim, nestas duas últimas condições experimentais, os sujeitos começavam por ler o texto atrás apresentado e a seguir, na primeira destas condições (condição *sem culpa*), era-lhes pedido que explicassem porque não tinham os ciganos mudado, apesar de todas as medidas adoptadas. Eis o texto que lhes era proposto:

Estes são alguns exemplos do tratamento que, século após século, foi dado aos ciganos em todos os países da Europa. A pergunta que colocamos é a seguinte: porque não mudaram os ciganos? Como se explica que, apesar de medidas tão duras e repetidas, este grupo tenha conseguido "sobreviver", que continue a conservar a sua cultura, a sua identidade, o seu modo de vida, etc., quando seria, porventura, mais natural que se tivessem integrado no modo de vida dos *gadje*? Antes de prosseguir com o questionário, gostaríamos que nos desse a sua opinião sobre estas questões: porque é que os ciganos quase não mudaram, apesar de todas as medidas que se tomaram para que o fizessem? (Escreva a sua opinião no espaço seguinte).

Na segunda condição da experiência (condição *mea culpa*), os sujeitos deviam responder à questão que procurava saber se estas perseguições não teriam impedido os ciganos de se integrarem na sociedade *gadje*. O texto proposto era o seguinte:

Estes são alguns exemplos do tratamento que, século após século, foi dado aos ciganos em todos os países da Europa. A conclusão a que chegamos é que toda esta perseguição só fez com que se fechassem mais no seu próprio grupo, reforçassem a sua identidade e a sua coesão interna para se defenderem. Todas estas medidas tão duras e repetidas teriam, assim, aprofundado o distanciamento entre os ciganos e a sociedade dos *gadje*. Não se pode imaginar como poderiam, alguma vez, ter-se integrado nessa sociedade, tendo em conta o tratamento que lhes

que, por outro lado, os que abandonavam o país eram imediatamente substituídos por outros expulsos de um país vizinho, e ainda porque o controlo policial não estava, à época, organizado, continuou a verificar-se a permanência de ciganos em todos os países europeus. Estes factores conduziram, então, ao recrudescimento das medidas de perseguição dos ciganos.

Por exemplo, na Roménia são feitos escravos até 1860. Na Alemanha Maximiliano I, em 1500, permite que se possa matar impunemente qualquer cigano (homem, mulher, criança ou velho) que seja visto no país. Em 1721, o imperador Carlos VI ordena que sejam mortos todos os homens ciganos, e que se corte uma orelha a todas as mulheres e crianças ciganas. Durante o século XVI, em terras da actual República Checa, penduravam-se os ciganos ao longo das estradas de fronteira, para dar o exemplo do que sucederia a qualquer um deles, que tentasse entrar no país. Uma medida semelhante foi adoptada nos Países Baixos onde, além disso, Carlos V propõe, em 1533, que se confiscuem todos os bens dos ciganos, que estes sejam enviados para trabalhos forçados, e que sejam marcados na cara com ferros em brasa. Na mesma época, na Áustria, chega-se a recompensar os caçadores de ciganos (esta mesma medida é adoptada na Suíça em 1580). Em 1773, a rainha Maria Teresa proíbe o matrimónio entre ciganos, e José II, em 1783, proíbe que usem seu traje característico e também que falem a sua própria língua. Eram obrigados a mudar de nome (esta medida também chegou a ser adoptada em Espanha, em 1717, e em vários países do Leste, durante o período de comunismo, nos anos 50). Nos países escandinavos, em 1560, proibiu-se o enterro religioso aos ciganos.

Em Espanha, desde a Pragmática dos Reis Católicos, em 1499, ditaram-se também medidas de todo o tipo para acabar com os ciganos: chicotadas, expulsão, corte das orelhas, escravidão para toda a vida. Como os ciganos desobedeciam, e logravam escapar-se à justiça, os seus sucessores Carlos I (em 1539), Filipe III (em 1619), Filipe IV (em 1633), Carlos II (em 1695), etc., continuaram a ditar sucessivas Pragmáticas. Assim, por exemplo, Carlos III, na sua Pragmática de 1783, propôs as mesmas medidas de assimilação que os seus predecessores: que os ciganos fixassem um lugar de residência, que se dedicassem ao trabalho honesto que desejassem (salvo os de tosquiador, e de comerciante de mercados ou de feiras), que abandonassem o seu modo de vida, a sua língua e a sua maneira de vestir; quando os pais fossem errantes e sem ofício, seriam separados dos filhos. Os "ciganos desobedientes" seriam marcados nas costas à primeira vez, e irremediavelmente condenados à morte à segunda, etc. Uma outra medida proposta foi a de os enviar para a América, com o intuito de os casar com os Índios. A solução de extermínio imaginada pelo bispo de Oviedo, em 1749, propunha o encarceramento de todos os ciganos.

Estas medidas não são apenas parte de um passado distante. Por exemplo, durante o período do nazismo estima-se que cerca de 500.000 ciganos foram enviados para as câmaras de gás. Durante o período comunista, os ciganos foram obrigados, em vários países, a mudar de nome; foram proibidos de falar a sua

Quadro 5.4 Diferenças significativas entre as condições nas variáveis estudas

Condição	Sua culpa	Mea culpa	Controlo	p<
Racismo latente (1=racismo; 21=não racismo)	8,26a	9,76b	10,02b	0,04
Distância social em papéis hierárquicos (distância máxima=7)	1,1a	0,62ab	0,45b	0,04
Sinto-me muito diferente (1) / muito semelhante (7) relativamente aos ciganos	6,02a	8,44b	8,44b	0,02
Porcentagem de sujeitos que escolhe "muitos poucos gadjé querem os ciganos como vizinhos"	60,4a	36,17b	55,1ab	0,05
Porcentagem de sujeitos que escolhe "os ciganos são mal-intencionados"	22,92a	8,51b	2,04b	0,004
Porcentagem de sujeitos que escolhe "os ciganos são selvagens"	27,08a	12,77b	10,02b	0,06
Porcentagem de sujeitos que escolhe "os ciganos são perversos"	8,33	2,13	0	0,07
n	48	47	49	..

era dado. Antes de prosseguir com o questionário, gostaríamos que nos desse a sua opinião sobre esta questão: até que ponto cre que a perseguição de que os ciganos foram objecto é, no fim de contas, a causa última de eles não se terem ainda integrado na sociedade dos gadjé? (Escreva a sua opinião no espaço seguinte).

Além de responderem às questões referidas, tanto na condição de controlo como nas duas condições experimentais, os sujeitos deviam preencher um questionário sobre atitudes face aos ciganos, utilizado anteriormente noutros estudos realizados pela mesma equipa.

A leitura dos resultados confirma, infelizmente, aquilo que se poderia esperar. Basta ler o quadro 5.4 para constatar que é na condição *sua culpa* que os sujeitos exprimem mais atitudes antigianas, do que na condição *mea culpa* e na condição controlo (estas duas condições não diferem entre si). Os sujeitos que leram o texto sobre as perseguições e aos quais é imputada, de certa forma, a responsabilidade (condição *mea culpa*), reagem como se não o tivessem lido. Note-se, ainda, que é na condição *sua culpa*, e relativamente às restantes condições, *mea culpa* e controlo, que se constata que os sujeitos se sentem mais diferentes dos ciganos. De forma idêntica aos resultados ante-

riores, não se verificaram diferenças entre as respostas das condições *mea culpa* e controlo. Na verdade, verifica-se uma acentuação do preconceito na condição *sua culpa*. É sobretudo nesta condição que os ciganos são percebidos como mal intencionados, selvagens e perversos.

Estes resultados são duplamente interessantes: por um lado, mostram-nos a persistência e, sobretudo, o efeito negativo da tendência para incriminar e imputar às minorias a responsabilidade daquilo que lhes acontece; por outro, ilustram a recusa implícita, por parte da maioria, em aceitar a responsabilidade, ou em se sentir culpada, pelas perseguições e pela discriminação. Contrariamente à tese de Sartre ("o judeu é um homem que os outros consideram como judeu"), a maior parte das pessoas relança a culpa sobre a minoria. Há aqui um fenómeno de inocência colectiva, que foi observado na Alemanha logo após a guerra, mas não só aí ou apenas nessa época, e cujo carácter geral merece ser sublinhado. É esta mesma inocência que os autores dos crimes contra a humanidade invocam perante os juizes.

Um outro ponto nos parece ainda mais fundamental: não pode ser apenas devido ao acaso, nem ao simples efeito de uma série de racionalizações que, após tantos séculos, os membros da maioria dominante tenham participado nas perseguições das minorias. Foi necessário, justamente, preservar a maioria contra os efeitos da responsabilidade e da culpabilidade, e assegurar-lhe que "não era culpa sua", mas daqueles que sofriam essas mesmas perseguições, e cuja "natureza" é tão rebelde (Greenspan, 1995; Shaver, 1985). Tudo se passa como se, mantendo "boa consciência", nos tivéssemos tomado, segundo a expressão de Lévy-Bruhl, "impermeáveis à experiência" e, portanto, nada tivéssemos aprendido, ou quase nada, com a experiência das gerações precedentes, nem mesmo com a nossa própria.

Sabemos ao que nos expomos exprimindo-nos assim: muitos nos acusarão de ter ultrapassado os limites da ciência, e de ser não científicos. Mas nós queremos, pelo contrário, alargar um pouco mais os limites da ciência, estender o seu horizonte, a fim de melhor entender a força do racismo e as suas condições. Parece-nos que as diferentes noções, ou meta-categorias, para que remetem estes estudos experimentais, permitem actualizar e reentrançar as raízes dessa força do racismo, que já existia antes de nós, mas que permanece, também, em nós e entre nós; e, conseqüentemente, molda uma realidade social que não podemos reduzir às suas simples dimensões cognitivas ou identitárias. Outras dimensões de ordem cultural e de ordem histórica impõem-se, hoje, como fundamentais. O que queremos sublinhar, precisamente, é que a psicologia social pode cada vez menos negligenciar estas dimensões. Tudo isto é, certamente, fácil de dizer, mas difícil de pôr em prática. Tentámo-lo, esperando que os leitores não considerem estes resultados demasiado desencorajadores.

[Tradução de Rodrigo Brito]